

# O Telejornal e a Guerra Colonial (1961-1974)<sup>1</sup>

The Television News and the Colonial War (1961-1974)

Francisco Rui Cádima\*

## Resumo

Neste ensaio pretendemos apresentar o modo como as estratégias discursivas do Telejornal da RTP geriram, ao longo dos anos 1961-1974, a questão colonial. De uma ausência da ideia de Império, a informação televisiva passa a ser um meio imprescindível para legitimar uma estratégia de ofensiva na frente militar, e, naturalmente, também o canal próprio para a concretização dos efeitos de manipulação mediática e para a manutenção do *statu quo*, contribuindo assim também para o contínuo adiamento da liberalização do regime.

## Abstract

In this essay we intend to present how the discursive strategies of the evening news on RTP managed, over the years 1961-1974, the colonial question. After an absence of the idea of empire, the television information becomes an indispensable means to legitimize the offensive strategy on the military front, and, of course, the channel itself to achieving the purpose of media manipulation and to maintain the status quo, thereby also contributing to the postponement of the regime liberalization.

**Palavras-chave:** censura; ditadura; guerra colonial; propaganda; televisão.

**Keywords:** censorship; colonial war; dictatorship; propaganda; television.

<sup>1</sup> Texto baseado na investigação produzida no âmbito da dissertação de doutoramento do autor, publicada sob o título *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa: Presença, 1996.

\* Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa | frcadima@fcsh.unl.pt

«Em Angola havia um soldado chamado Televisão»

João Coito

## Da ausência da ideia de Império, a meio para legitimar estratégia militar

As emissões regulares da RTP começaram a 7 de Março de 1957 sob o signo de uma instrumentalização ainda incipiente, marcada pelo tom officioso da matéria noticiosa, muito pouco ou mesmo nada panfletária, ancorada desde início numa experiência que pouco ultrapassava a ideia de uma rádio com imagens.

É certo que, na informação, predominava a agenda política e protocolar do Estado, mas esses anos, até ao final da década de 50, ficam fundamentalmente marcados por uma reduzida operacionalidade do conceito de propaganda e uma pouco activa instrumentalização do meio televisivo emergente.

Podem encontrar-se diferentes explicações para esse facto, o carácter pioneiro dessa experiência, meios e tecnologias mais complexos, recursos humanos pouco profissionalizados, espartilhos na agenda informativa, mas certamente que a este fenómeno não era indiferente o pensamento e a acção de Salazar relativamente ao campo dos média.

Salazar era um político refractário à comunicação social, era o líder anti-carismático por excelência. A sua estratégia comunicacional passava mais pela reserva e o recato do que pela exposição ostensiva. Marcello dizia dele, com toda a propriedade, que Salazar «entrara na política como poderia ter ingressado numa ordem religiosa austera» (1974:580).

A televisão foi uma fiel reprodutora deste modelo respeitando esta distância ascética de Salazar face aos *media*, preservando claramente a sua imagem, reduzindo o desempenho mediático e a agenda do ditador exclusivamente ao âmbito do protocolo de Estado, ou, numa ou noutra vez, ao mundo “reservado” de Salazar.

Nesses primeiros anos, sobretudo no período 1957-1960, predomina uma informação de tipo officioso, mas ainda «radiofónica», com pouco uso da imagem, da reportagem, etc. Trata-se de um período caracterizado pela delegação da intervenção marcadamente política nas revistas de imprensa (a estratégia editorialista vem mais tarde) e por uma estratégia de hierarquização da informação protocolar de acordo com as próprias hierarquias do aparelho político.

Desse período inicial destacam-se, fundamentalmente, algumas séries discursivas mais significativas, a saber, a estratégia de omissão da candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República (1958), a paradoxal difusão de um discurso de De Gaulle<sup>2</sup> sobre as autonomias africanas (1959) e mesmo várias notícias sobre as independências de Estados africanos (1960). Mas, mais perturbador ainda, estes anos ficam marcados pela ausência da ideia de Império, pela omissão das colónias,

<sup>2</sup> «Discurso aos franceses», Telejornais de 16/10/1959 e 19/10/1959.

pelo também paradoxal esquecimento desse «todo pluricontinental e plurirracial», razão primeira do regime e da sua política.

Estranhamente, se não havia, de facto, uma estratégia para a legitimação televisiva do Império, no ano de 1959, ainda a cobertura televisiva do país não tinha atingido 50 por cento do território (estando registados apenas 32 mil televisores) eram lançados estudos para «encontrar uma fórmula viável para a instalação da televisão em Angola e Moçambique (...). Mais do que nunca a ideia de estender a nossa actividade às Províncias Ultramarinas parece impor-se como uma necessidade da maior importância e, pela nossa parte, temos o problema estudado. As participações necessárias encontram-se, na sua maioria, asseguradas e a fórmula encontrada é muito pouco dispendiosa em relação às vantagens que proporciona».<sup>3</sup> Mas até ao 25 de Abril não passariam disso, de estudos. Curiosamente, nas vésperas do 25 de Abril vamos encontrar a administração da RTP envolvida num debate algo absurdo, sobre este mesmo assunto, retomando a mesma ideia de 1959...

A questão colonial tem um primeiro desenvolvimento ainda antes dos acontecimentos de 1961. Em «mensagem à população de Angola» transmitida pelo Telejornal (20/10/1959), dizia Salazar: «(...) Da confusão que se está a promover por muitas fontes não deve resultar nem paz, nem ordem, nem liberdade válida. Mas da ordem que se mantém, são de extrair, em todos os domínios, possibilidades de que mal podemos suspeitar. Só um perigo seria grave - quebrar-se a nossa coesão, diluir-se o sentimento que fez de nós o que ainda somos»...

Logo depois da mensagem de Salazar às populações de Angola, Franco Nogueira intervinha na ONU. Relata o TJ de 15/11/59: «O Dr. Franco Nogueira teve nova oportunidade de desmascarar as afirmações formuladas pelo delegado da República da Guiné. Quando se discute na ONU o problema dos Camarões aquele delegado achou conveniente citar outros territórios africanos não autónomos para sobre eles fazer infelizes e deslocadas referências. No uso da palavra o delegado português ripostou vivamente a tais afirmações utilizando o direito regulamentar de resposta obtendo do Presidente da Quarta Comissão a satisfação devida». Por sua vez, em Goa, Vassalo e Silva mantinha a ideia de integração (TJ 25/11/59): «Compete-nos vincar a transcendente importância da fusão feita para sempre entre dois povos - um do Ocidente e outro do Oriente num complexo que havia de dar ao mundo o exemplo mais notável e evidente de uma nação estruturada no tempo e no espaço através dos maiores sacrifícios». E ainda antes do final do ano, o ministro do Ultramar, reunia com correspondentes estrangeiros em Lisboa: «O nosso conceito de unidade nacional está perfeitamente definido, não apenas como noção teórica mas também por tradução prática que temos mantido desde sempre: 'Todas as terras portuguesas se encontram indistintamente integradas na Nação, sem que a situação geográfica altere em qualquer delas o estatuto político geral que as abrange a todas, nem que circunstâncias de nascimento ou raças limitem regalias ou direitos'» (TJ 8/12/59).

<sup>3</sup> Ver *Relatório e Contas* da RTP de 1959, pp. 5-6.

O facto é que no final dos anos 50, na RTP, a questão colonial não se havia colocado como viria a ocorrer logo em 1960. Os telejornais de Janeiro de 60, por exemplo, fizeram diversas referências à independência dos Camarões (TJ 6/1/60), à futura independência na Somália (TJ 24/1/60), e à também futura independência do Congo Belga (TJ 27/1/60), da federação Mali (TJ 18 e 19/6/60) e de outros países africanos (TJ 28/6/60)...

Dava-se então, no princípio do ano, grande destaque ao problema de Goa, com a visita do Ministro da Presidência (Pedro Teotónio Pereira), tendo a RTP enviado uma equipa de reportagem para o território e começado a emitir os seus trabalhos, nove dias após a partida, em narrativa descritiva e protocolar, sem discurso directo do ministro. Este dirá no Telejornal de 18/1/1960: «(...) *Vim encontrar em Mapuçá não os restos de um passado glorioso, mas um entusiasmo prometedor dum futuro não menos glorioso*» –, conjunto de trabalhos que nalguns casos atingiam os 15 minutos de duração, como aconteceu, por exemplo, no TJ de 17/1/60 (2ª edição).

A solução jurídica do diferendo que opunha Portugal ao Estado da Índia, desde 1955, veio a ser conhecida em 12 de Abril de 1960 e o facto em si constituiu pretexto para uma operação de propaganda do regime e da sua política colonial. A primeira e segunda edição dos telejornais de 12 e 13/4/60, com edição especial neste último dia, e as edições dos dias seguintes, assim o demonstraram, cobrindo detalhadamente desde o discurso do MNE, Franco Nogueira (TJ 12/4/60), à “extraordinária manifestação de regozijo” de dia 13, em Lisboa. No TJ de 14/4/60, na rubrica *Imprensa de Hoje*, era dito que «as páginas dos jornais são “manchas de vibração nacional” e citava-se a manchete do Diário de Notícias desse dia – «*Foi Salazar! (...) O grande génio da resistência, o homem que traduziu as razões e os sentimentos de uma Pátria na sua vida de séculos, que confundiu os inimigos com a sua lógica implacável (...) Foi Salazar!*».

Nesse início da década de 60, ao ser tentada a recriação da proximidade e da coesão do «todo nacional» através da televisão, o salazarismo ensaia, no fundo, o princípio do fim de uma morte anunciada. Logo na segunda metade do ano 1960, assiste-se à emergência de uma imagem televisiva do Império, feita, por vezes, de forma extremamente grotesca.

Diversos motivos, dos mais banais aos mais significativos, passam então a ser também acontecimento, isto é, se o facto do Governador Vassalo e Silva visitar Diu (TJ 22/9/60) podia não oferecer dúvidas sobre o seu eventual interesse jornalístico, o mesmo não aconteceria a propósito da «altaneira cidade do Lobito» (TJ 4/4/60), ou, a 17/9/60, do «Passeio a Inhaca – um dos locais de maior interesse turístico de Moçambique» ou mesmo a posse da Comissão da União Nacional na Guiné (TJ 5/5/60) ou as manifestações de Nova Lisboa pela resolução do Tribunal de Haia (TJ 6/5/60) ou ainda, de uma forma mais nítida, com as peças a propósito do «Circo em Moçambique» (TJ 8/9/60) ou do «Batuque em Marracuene» (TJ 12/9/60). Outros exemplos se poderiam citar: uma exposição filatélica em Goa (TJ 13/12/60), caçadas (TJ 30/10/60), procissões (TJ 18/10/60), missas (TJ 2/11/60) ou inaugurações (TJ

29/10/60) que nos chegavam dos territórios da Índia nesse final de ano, peças que, aliás, continuariam de forma mais incisiva em 1961.

Após o início da Guerra Colonial, o «nacional» é francamente pulverizado pelo noticiário proveniente sobretudo de Angola, O vizinho Congo Belga caminhava entretanto para a independência, e o MPLA, motivado também por esses acontecimentos, apostava na actividade diplomática com o exterior, tendo defendido, a 6 de Dezembro de 1960, na Câmara dos Comuns, em Londres, o direito dos povos à auto-determinação e à independência.

O dia 4 de Fevereiro de 1961 constituiria, sem dúvida, um marco no conjunto das lutas de libertação das ex-colónias portuguesas. Mas o certo é que, quer em Moçambique, com a constituição dos primeiros grupos nacionalistas e o massacre de Mueda, em 16 de Junho de 1960, quer na Guiné e em Cabo Verde (a fundação do PAIGC data de Setembro de 1956), a consciência nacionalista e independentista estava já arreada em muitos núcleos, nomeadamente entre os quadros urbanos locais.

Importa lembrar que no ano de 1960, também designado de «ano africano», foram declaradas as independências de nada menos do que 13 países africanos: Congo Belga, Somália, Nigéria, Togo, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, Daomé, Madagáscar, Mauritânia, Niger e Alto Volta.

Como que em resposta, Salazar, após ter sido instado pela ONU em Novembro de 1960 – de acordo com as disposições da Carta das Nações Unidas –, a apresentar relatórios sobre a administração colonial portuguesa, subtraía-se às disposições da Carta e só em situação-limite mandava responder à ONU – como havia de acontecer em Novembro de 1967, através de Franco Nogueira – que as colónias eram tão só «províncias ultramarinas» por «integração e multiracialismo», e que os portugueses, consideravam-se também uma «nação africana».<sup>4</sup>

Talvez por 1960 ser, em geral, um ano de emancipação política e autodeterminação para muitas novas nações africanas, uma sistemática, constante, defesa da política colonial do regime é então montada na informação televisiva que, paradoxalmente, vai ter oportunidade de aproveitar as dificuldades específicas das novas situações criadas, particularmente da questão argelina e do processo de independência do ex-Congo Belga, em favor da política do governo português para África. A anterior passividade da televisão face às dificuldades políticas “menores” do regime alterar-se-ia a partir de então, progressiva e radicalmente.

Com o agravar da crise no Congo Belga, ao mesmo tempo que os primeiros refugiados começavam a chegar à Bélgica (TJ 14/6/60), a informação televisiva fazia coro com o integracionismo e citava Xavier Pintado, no Diário de Notícias, que defendia que «(...)a Administração belga agiu em face das primeiras ameaças de agitação avançando sucessivamente o relógio da independência, comprimindo e eliminando etapas do calendário, sem cuidar das condições realizadas nem tratar de obter garantias para a população branca(...)». Com a degradação da situação no Congo após a

<sup>4</sup> Desde a revisão constitucional de 1951 que as palavras «colónia» e «colonial» tinham desaparecido por completo e «império» tinha caído em desuso.

independência, a redacção do TJ (18/7/60) destacava a tese da tranquilidade, citando a revista *Archives Diplomatiques*: «*num mundo perturbado pelo ódio e pela violência, a paz que reina nos territórios portugueses é realmente admirável*».

A 7 meses do início da luta armada em Luanda, o Telejornal de 6/6/60 destaca a «partida de expedicionários» (três companhias) para Angola. No espaço de três dias, em Agosto, duas grandes paradas militares, uma em Luanda e outra em Lourenço Marques, vão passar na televisão portuguesa, respectivamente a 18 e 21/8/60, e ainda uma outra em Goa, a 9/10/60, seguida pouco depois de “manobras militares em Moçambique” (TJ 16/10 - 2ª edição). Era dado também destaque, no TJ de 7/7/60, à chegada de «*colonos de Angola na sua farda de caqui pardo e de chapéu colonial (...) com o peito medalhado (...)*».

Se o regime continuava a insistir na tese da tranquilidade e da acalmia, os últimos meses do ano iriam introduzir na ordem política interna uma preocupação acrescida. A 23/9/60 (TJ, 2ª ed.) Krutschev, discursando na Assembleia Geral da ONU, ataca duramente a política colonial portuguesa: «*(...) Quem pode permanecer calmo assistindo à infundável carnificina das populações da Niassalândia, Angola, Moçambique...*», perguntando-se depois «*que frutos dera a civilização como consequência de cinco séculos de domínio tirânico e colonial dos territórios africanos de Angola, Moçambique e Guiné portuguesa?...*». Krutschev diria dias depois, após intervenção do delegado português, que «*Os povos coloniais têm de pegar em armas - a menos que as Nações Unidas decretem o fim do colonialismo em todo o mundo que seja concedida a independência a todos os povos*»<sup>5</sup>, mas o telejornal não viria a citar esta sua passagem. Logo no dia seguinte à primeira intervenção surgia a resposta, não por parte do poder político propriamente dito, mas por parte dos media, competindo à televisão (mais uma vez) citar, na 1ª edição do Telejornal, o que a imprensa havia dito nesse dia. Depois de um slide designado «Assembleia Geral» diz o locutor: «*As alusões e agravos dirigidos ontem a Portugal (...) pelo presidente do Ghana, N' Krumah, e pelo primeiro-ministro soviético Krutschev, a propósito da permanência das províncias portuguesas no continente africano - suscitou, como é natural, uma pronta e enérgica reacção da imprensa que, na sua totalidade, verbera as falsidades conscientemente propaladas e condena com indignação os incitamentos odiosos à subversão (...)*». Cita então uma série de títulos, mas em primeiro lugar a “nota de redacção” do Diário de Notícias: «*Todos sabem que o grupo comunista se deslocou na sua máxima força, à Assembleia Geral das Nações Unidas com um objectivo principal: estender mais, atizar o fogo na África, onde a nossa tranquilidade, a nossa paz e a nossa histórica soberania incomodam os torvos interesses revolucionários da agitação comunista (...). Não serão, porém, as objurgatórias das facções comunistas instaladas na ONU que nos deterão no caminho da nossa velha integridade nacional (...)*».

A partir daí, Salazar, que permanecera em silêncio sobre o assunto ao longo de quase dois meses, não mais teria descanso. Sucedem-se as manifestações de «desa-

<sup>5</sup> Cf. Diário de Notícias, de 12 de Outubro de 1960.

gravo (TJ de 27/10/60) e a 30/10/60, no 30º aniversário da Liga 28 de Maio, o Coronel Santos Pedroso proferiria um «exaltado discurso» que o TJ citava: «(...) *Nunca os portugueses avaliaram o inimigo pelo seu número (...) Ao lado do Chefe de Estado, ao lado de Portugal, todos podemos continuar a Revolução Nacional! Onde está Salazar? (toda a assistência se levantou, empolgada, para dizer ‘Presente’!)*». A resposta do regime – e da televisão – prosseguia em crescendo, como que abrindo caminho a uma aguardada intervenção de Salazar.

A 12/11/60 há nova manifestação em Lisboa» e nas primeira e segunda edições do Telejornal é lido o texto «A Nação Portuguesa e o momento internacional» que atacava, de forma agressiva, a «força executória» das decisões da Assembleia Geral da ONU contra Portugal, entrando de seguida a reportagem da «grandiosa manifestação»: «(...) *Gente de todos os recantos, de Trás-os-Montes a Timor, levaram ao Governo o repúdio unânime da Nação aos ataques dos imperialistas da comunidade internacional*».

Salazar continuava em silêncio... Só se resolveria a falar sobre o assunto a 30/11/60, na Assembleia Nacional, onde fez uma exposição sobre a campanha anti-colonialista, transmitida a partir das 18h20 em directo pela RTP (e a partir das 22 horas em resumo telegravado). No essencial, Salazar retoma a sua posição de sempre reforçando a sua intransigência sobre qualquer hipotética negociação da questão colonial: «*A unidade portuguesa não é uma ficção, mas uma realidade social e histórica traduzida nas constituições e levanta obstáculos muito sérios aos que pensam dedicar-se agora à tarefa de emancipar a África portuguesa. Vêm tarde: já está. É que essa unidade não comporta alienações, cedências ou abandonos: as figuras jurídicas do plebiscito, do referendo, da autodeterminação, tão pouco se quadram na sua estrutura (...). É possível encontrar muitas deficiências no nosso trabalho, e somos os primeiros a lamentar que a limitação dos recursos não tenha permitido ir mais além. Especialmente nas comunicações, na divulgação da instrução, na organização sanitária (...). Mas o ambiente de segurança de paz e de fraternal convívio entre os muito diversos elementos da população – caso único na África de hoje – é a maior obra*».

Após as sucessivas independências africanas do ano de 1960, nova estratégia de produção de meta-acontecimentos emerge no telejornal: aumentam significativamente os filmes enviados pelos correspondentes de RTP nas diferentes colónias, ou realizados por enviados-especiais. A esmagadora maioria das vezes eram peças sem grande importância jornalística, que apenas pretendiam integrar a estratégia protocolar, a presença administrativa nesses territórios.

Era nas «Revistas de imprensa» do TJ que o monologismo político ou o anti-comunismo mais primário emergiam em todo o seu esplendor, quase sempre através de textos dos cronistas do regime como Dutra Faria, Barradas de Oliveira, Ramiro Valadão – e, depois, João Coito, que começa significativamente a fazer a leitura da revista de imprensa, já como comentarista do próprio Telejornal a partir de Janeiro de 1961. O ano de 1960 veria, portanto, as críticas oficiosas do telejornal crescerem progressivamente de tom, em defesa do regime e do... Império. Mas, para todos os efeitos, uma coisa era certa: apesar dos focos de nacionalismo em África e das diversas lutas

de resistência no continente, para a televisão portuguesa, para a informação da RTP, reinava a tranquilidade e uma «paz admirável» no País...

À medida que a situação se vai agravando para Portugal, nomeadamente com o endurecimento das críticas dos países africanos e do bloco de Leste contra a presença portuguesa em África, o regime faz avançar os seus *media* para combater aquilo a que chama os «agravos dirigidos contra Portugal». A televisão, designadamente, mas também a comunicação social em geral, adquirem assim, agora de uma forma mais visível, o estatuto de «porta-vozes» do regime, aceitando colocar-se institucionalmente – algumas vezes mesmo oficialmente –, ao serviço da ditadura e do império, funcionando como um seu prolongamento, tornando-se assim inequivocamente um aparelho ideológico do poder.

### **Manipulação mediática e manutenção do *statu quo***

A 12 de Novembro de 1960 vêem-se os primeiros efeitos da radicalização dessa estratégia: o telejornal inicia o que viria a ser o longo requisitório de opinião reproduzida depois ao longo dos anos finais do salazarismo e do caetanismo. A primeira nota dessa longa série, é a já citada peça «A Nação Portuguesa e o momento internacional», que marca o princípio da instrumentalização do telejornal no plano editorial, inaugurando a institucionalização do discurso do poder nas aberturas do telejornal. Nada disso havia acontecido até então.

O ano decisivo para o regime seria obviamente 1961, com o início da Guerra Colonial. Logo a partir de 1 de Janeiro o Telejornal passaria a ter três edições diárias - a edição da tarde, das 18h40 às 19 horas; a edição da noite, das 21h30 às 22 horas, e as últimas notícias, às 23h50.<sup>6</sup> O modelo estrutural de informação e o agenciamento dos alinhamentos não sofrem alterações de fundo, embora haja, por assim dizer, uma alteração relativa – a entrada de João Coito como comentarista na rubrica «Letra de Imprensa». Coito passará a assinar também os «Comentários do dia». O tom das intervenções de João Coito era dado logo a 8/1/61: «(...) *Tantas vezes a Metrópole gastou e gasta aquilo que tem e aquilo que não tem apenas porque fazemos da soberania portuguesa no Ultramar não um puro instrumento de domínio, mas antes um factor de integração de agregados sociais na Nação una!*».

Para o salazarismo, nada voltaria a ser como dantes a partir do início de 1961. Se o caso da operação de Henrique Galvão no Santa Maria é seguido praticamente desde o início pela televisão como uma espécie de folhetim de pirataria e inclusivamente com reportagens de enviados especiais da RTP, o Programa para a Democratização da República, lançado pelo oposição em Lisboa é omitido pela informação televisiva. Mas o maior golpe para o regime seria dado em Luanda, com os aconte-

<sup>6</sup> Antes de Janeiro de 1961 só existiam dois serviços noticiosos diários, a 1ª e a 2ª edições, respectivamente às 21h30 e 23 horas.

cimentos do 4 de Fevereiro de 1961, noticiados pouco depois pelo enviado a Luanda, Henrique Mendes.

A 7/2/61, na edição da noite, Henrique Mendes, referindo em título «Banditismo em Angola», dava entrada a uma reportagem sobre os funerais «*dos heróicos defensores da ordem que tombaram para fazer frente a agitadores políticos de filiação comunista*». A reportagem, intitulada «Funeral em Luanda», transformava os polícias mortos numa espécie de heróis de uma gesta épica: «(...) *Espólios sagrados de uma pátria ameaçada, eles resgataram com o seu sangue com o seu exemplo a afronta com que um bando de vendidos tentou atingir a unidade nacional. O seu sacrifício, o supremo sacrifício de um soldado, cumprimento heróico do dever, sublima e santifica o lema que encerra a decisão maior da hora que passa – ‘A vida não importa Portugal continuará’*». O tom propagandístico era sublinhado com uma declaração «em exclusivo» para a RTP, de Silva Tavares, Governador de Angola, e, ainda neste mesmo noticiário, o destaque para uma conferência de José Hermano Saraiva sob o título «O destino do Ultramar e a vida nacional».

Quando, porém, Américo Tomás recebe um grupo de oposicionistas liderados por Manuel Azevedo Gomes, os quais na sequência dessa audiência divulgam o «Comunicado aos democratas» em 8 de Fevereiro de 1961, a RTP reage condenando o comunicado, chamando-lhe um «deplorável documento», e eximindo-se, explicitamente, de divulgá-lo, coisa que o próprio gabinete da presidência da República não havia feito... Este episódio constitui, por assim dizer, a metáfora da história da informação televisiva durante a ditadura: funcionando como gabinete protocolar e instrumental – o Telejornal actuava em relação a assuntos do conhecimento público censurando matérias emitidas pelos próprios organismos oficiais como foi o caso, como que se substituindo à própria Direcção dos Serviços da Censura.

Entretanto, se o final da crise do Santa Maria podia tranquilizar Salazar, o certo é que, doravante, essa «maior obra» portuguesa – paz e a segurança em África – distanciar-se-iam cada vez mais do horizonte do ditador. Lisboa começará por receber os corpos dos soldados mortos em Luanda (TJ 4/3/61) e logo de seguida confrontar-se-á com o pedido de admissão na Assembleia Geral das Nações Unidas da «questão de Angola» (TJ's de 12, 14, 16, 20, 22, 23 e 25/3/61), que virá a ser aprovado com os votos favoráveis dos EUA e da URSS, o que, sem dúvida, não deixou de perturbar o regime.

As notícias da frente não podiam, aliás, ser piores para o regime: no dia 13/4/61, e no mesmo telejornal em que Salazar fala ao país, era referido que grupos de refugiados de Luanda chegavam a Lisboa... As crónicas e peças filmadas sobre feridos e refugiados de guerra, aliás, não mais teriam fim nos meses seguintes na informação televisiva, procurando o regime, aparentemente, colher, com elas, na metrópole, os seus dividendos políticos. Puro engano, no entanto.

Mas, mais grave para Salazar, surgem «*novos actos de terrorismo (abertura do TJ 17/3/61) em Angola praticados em perfeito sincronismo com as provocações de propaganda desenroladas nas Nações Unidas e sem dúvida inspiradas e estimuladas pelas mesmas vozes sinistras que no areópago de Nova Iorque incitam à violência –*

*voltaram a ensanguentar a terra cinco vezes secular da portuguesíssima Angola. (...) grupos de terroristas, capitaneados ou instruídos por agentes estrangeiros especializados em tal género de acções, assaltaram, saquearam e incendiaram casas comerciais e fazendas agrícolas isoladas, assassinando homens, mulheres e crianças – numa sanha feroz e traiçoeira».*

Seguia-se reportagem filmada nas regiões em causa: Maquela do Zombo e Carmona, no norte. Tratava-se, no fundo, da abertura da frente norte, no Uíge, onde pontuava Holden Roberto (o «sanguinário» Holden Roberto, como a RTP então lhe chamava) e a organização então por si liderada – a UPA. Estes acontecimentos tomam um relevo tal na informação televisiva, que, longe de qualquer «black out», foram sim introduzidos, dias a fio, blocos especiais para tratamento deste tema em particular, muito embora fosse retirada a conotação política específica aos acontecimentos, insistindo-se, tanto da parte do SNI, como da própria RTP, em que se tratavam de actos isolados de «bandoleiros».

Assim acontece logo a 18/3/61, continuando pelos dias posteriores. O TJ de 19/3/61 abre com a chegada ao aeroporto de Luanda de refugiados e feridos evacuados das zonas atacadas «(...) pelo vandalismo canibalesco dos inimigos de Portugal». E na sequência desta mesma notícia, a televisão toma a primeira linha da defesa do regime: «(...) A RTP (...) hoje mesmo declara aberta uma campanha nacional de auxílio às vítimas do terrorismo em Angola para recolha de donativos que serão enviados à Cruz Vermelha de Luanda (...) tarefa de solidariedade humana (...) mas demonstração, também, de que, em todos os sectores e por todas as formas, nos associamos firme e decididamente a quantos esforços seja mister realizar para afirmarmos a nossa determinação de mantermos portuguesa (só e sempre portuguesa!), contra todas as intrigas e vilezas, contra todas as ameaças e violências, contra todos os desafios e provocações – a terra há mais de 4 séculos portuguesa de Angola!». Esta campanha de auxílio viria a ter um êxito pecuniário assinalável. Todos os dias, ora nas edições especiais, ora nas edições principais do telejornal, eram lidas muito longas «relações de donativos», sendo referido o nome da pessoa e/ou empresa e o respectivo montante oferecido.

No entanto, e apesar da rigorosa filtragem de notícias, nem toda a informação previamente alinhada para ir para o ar passava no crivo final. Por exemplo, a 14/5/61 é retirada uma notícia redigida nestes termos: «(...) A 30 km de Carmona um grupo terrorista aliás numeroso atacou a fazenda de S. Domingos, deparando com a denodada resistência de trabalhadores bailundos que lhes causaram numerosíssimas baixas. A superioridade numérica, acabou, no entanto, por obrigar os bailundos a retirar, o que os bandoleiros aproveitaram, para roubar gado e mantimentos e cevar a sua ferocidade sobre os corpos dos defensores mortos». Dois outros exemplos ainda neste período, aliás idênticos, presume-se que foram censurados por ambos falarem de cerimónias de hasteamento da bandeira nacional: «(...) As últimas notícias chegadas a Luanda informam que a sanzala de Sassa, perto do Caxito, esteve ontem em festa, onde numa cerimónia impressionante se procedeu ao solene hasteamento da Bandeira Nacional» (TJ 5/6); «A povoação do Bombo foi recuperada por uma força militar que

*realizou com êxito uma operação de limpeza. Apesar de atacada à saída para Lucunga a força atingiu o seu objectivo sem sofrer baixas e infligindo-as ao inimigo. Foi rezada missa campal durante a tarde do ontem na histórica fortaleza do Dembe, onde foi hasteada a Bandeira Nacional, com grande solenidade» (esta, aliás, a notícia alinhada para abertura do telejornal de 24/6, censurada na totalidade).*

Em síntese, a partir de 15 de Março de 1961, com o incremento das acções dos guerrilheiros nacionalistas no norte de Angola, e paralelamente à aprovação, contra o governo português, pelos Estados Unidos e pela União Soviética, da admissão à discussão na ONU dos acontecimentos ocorridos em território angolano, a informação da RTP passa a apresentar reportagens realizadas nos locais em guerra, introduzindo inclusivamente edições especiais sobre os acontecimentos, e abrindo a «campanha de auxílio às vítimas do terrorismo», a qual constituiria um novo e importante elemento do dispositivo instrumental dos telejornais.

Ao longo de dois anos assiste-se assim à introdução de novas regularidades discursivas, mas todas com um eixo comum - a inquestionabilidade do domínio colonial português em África. Assim, à crueza e violências das reportagens realizadas no teatro de guerra pelos correspondentes de guerra, ou pelos enviados especiais, juntavam-se agora as campanhas de auxílio fortemente mediatizadas pela televisão, e, posteriormente, os comentários e editoriais, de abertura de telejornal.

Verifica-se assim uma alteração significativa no plano da estratégia propagandística do regime: a televisão, até aí pouco necessária e pouco utilizada na defesa da política do regime, passa a ser considerada como um dos meios imprescindíveis à construção do cenário político e mediático da guerra e, também, necessariamente, à divulgação da resposta de «força» e «rapidez» a que Salazar se havia lançado. Era a súbita descoberta do meio eficaz para legitimar uma estratégia de ofensiva na frente militar, e, naturalmente, o canal próprio para a concretização dos efeitos de manipulação de um conflito que o mundo, aliás, de uma maneira geral, queria ver resolvido através de negociações imediatas.

A RTP, por outro lado, estabelecia um contraponto estratégico relativamente à «frente» de combate. Os seus editorialistas, com frequência – e à imagem da doutrina e da acção política – consideravam estar num dos bastiões da «retaguarda». E a televisão foi, sem dúvida alguma, uma retaguarda eficaz para Salazar e depois, também, para Marcello Caetano.

A resposta massiva que, a partir daí, iria ocorrer em termos estritamente militares, seria também acompanhada por uma política de informação e propaganda extremamente agressiva na televisão, facto que, aliás, já se vinha a fazer notar desde o início das hostilidades em Luanda, como estamos a ver.

A agressividade da informação e da propaganda, quer sob o ponto de vista do conteúdo, quer na sua regularidade e intencionalidade, vem, aparentemente pelo menos, reforçar a posição do regime perante a opinião pública.

A informação sobre a guerra nas colónias, de uma forma geral, primeiro com as rubricas «Acontecimentos em Angola» e depois com o «Noticiário de Angola», quase

sempre a abrir a informação, preenchem de forma esmagadora, praticamente até meados de Outubro de 1961, os três blocos diários, e nomeadamente a edição da noite, que era o bloco de maior audiência, apesar, claro, do seu impacte limitado em termos de audiência.

A eficiência da máquina televisiva no cumprimento desta tarefa era aliás reconhecida: a certa altura é o próprio Ministro do Exército, brigadeiro Mário Silva, que, num discurso aos militares, proferido no decorrer das cerimónias de mais uma partida de tropas (TJ 12/8/61) dizia: «*À imprensa, à rádio e à televisão que têm prestado valiosíssima colaboração, tanto no Ultramar como na Metrópole, peço-vos que dêem todo o auxílio possível, pois têm sido extraordinários no cumprimento da sua elevada missão. E se estivesse na minha mão a possibilidade de condecorar esses órgãos fá-lo-ia com a melhor boa vontade*».

O Governo, no entanto, não se esqueceria de condecorar estes seus arautos. E fá-lo-ia, não em Lisboa, mas, precisamente, pouco tempo depois, em Lourenço Marques, aquando da estada de Adriano Moreira, Ministro do Ultramar, que, na ocasião (TJ 13/10/61) «*(...) pôs em relevo o extraordinário papel que nas presentes circunstâncias da vida nacional cabe aos órgãos de informação acentuando a excelente e patriótica colaboração que tem recebido dos órgãos de informação metropolitana e das províncias ultramarinas (...)*». E, a terminar, Adriano Moreira condecorava com a medalha de prata de serviços distintos do Ultramar um operador da RTP e um locutor da Emissora Oficial de Angola: «*Distinguindo estes dois valorosos e esforçados repórteres – entre muitos outros que mereceriam a mesma condecoração – a todos englobo nesta ocasião*», diria.

A este propósito, também João Coito (TJ 30/9/61) se não continha: «*Nunca como hoje a informação portuguesa viveu de tamanha intensidade. E compreende-se que assim seja. Portugal vive neste momento a maior velada de armas de toda a sua história nacional (...). A informação vive intensamente esta hora. E, neste capítulo, merece relevo especial, o papel da Televisão, cujas câmaras têm estado sempre na primeira linha e têm proporcionado a muitos milhares de portugueses os meios de acompanhar com realismo e verdade a nossa defesa do mundo*». Para ele, cronista assíduo do telejornal, não havia dúvida de que «*em Angola havia um soldado chamado Televisão*».

## **Informação preenchida com propaganda governamental**

A partir da primeira remodelação do Governo (serão três em 1961, mas uma segunda se seguiria logo no início de Maio), a propaganda governamental na televisão, directamente vigiada por Manuel Figueira, ainda chefe da Divisão de Noticiários, ocupará a maior parte do espaço da informação televisiva.

A 18 e 21/4/61 teríamos imagens das primeiras (de uma interminável lista nesse ano) partidas de tropas para Angola logo após Salazar ter assumido a pasta da Defesa. No telejornal desse dia 21 passavam imagens de «*soldados em amena con-*

*versa com amigos e familiares...», e dizia-se estar a «dar execução, em ritmo acelerado ao plano de envio imediato de reforços para a nossa província de Angola, quer em contingentes, quer em material de guerra», para nas últimas notícias ser lido o comunicado nº 1 do Secretariado-geral da Defesa Nacional: «(...) Com as medidas agora em curso, quer as recentemente determinadas por Sua Excelência o Presidente do Conselho e Ministro da Defesa, ouvido o Conselho Superior Militar, quer as já decididas anteriormente, espera-se criar em curto prazo o clima de paz essencial à vida em Angola»... Era a crença de Salazar de retomar a «maior obra portuguesa»... Mas a paz não mais regressaria.*

Em Luanda estava uma equipa de reportagem da RTP, de que fazia parte o jornalista Horácio Caio e o operador António Silva, e que enviava o material que depois era montado nos estúdios de Lisboa. Na redacção, em Lisboa, João Coito continuava a fazer opinião (TJ 7/6/61) a propósito dos ataques da guerrilha «estrangeira»: «(...) Há cinco séculos que o canibalismo foi suprimido nas nossas províncias de África... Que satisfaçam esses instintos dentro dos seus próprios domínios. Até porque, nós brancos, negros e mestiços somos duros de roer»...

No mês de Outubro, após a tomada de Nambuangongo e a reocupação do maciço da Pedra Verde, no Norte de Angola, o regime tenta fazer crer que a guerra tinha chegado praticamente ao seu fim, como diria o governador-geral Venâncio Deslandes: «Se a guerra se pudesse compartimentar em fases perfeitamente distintas diríamos que teriam assim terminado as operações propriamente militares e estaria iniciada a fase seguinte de operações policiais...»<sup>7</sup>

No período inicial da guerra colonial (1961), e ao longo de praticamente dois anos, é em torno de quatro vectores fundamentais, quatro formações discursivas, que emergem, com uma identidade e uma unidade específica, os alinhamentos que marcarão a informação televisiva de então. Referimo-nos, designadamente, à recorrência e regularidade no texto jornalístico, de práticas, temáticas e séries discursivas sobre a guerra colonial:

- No período do começo da guerra é, desde logo, através das imagens do envio de tropas para o Ultramar que se verificam novas modalidades de enunciação e de instrumentalização do dispositivo televisivo. Um facto em si mesmo «desdramatizado» pelo regime no pequeno ecrã, mas de grande efeito social, efeito aliás sempre iludido nas imagens, sendo dados a ver apenas alguns sinais de naturalidade no acatamento de uma «missão», no momento da partida das tropas e nas despedidas das respectivas famílias.
- Um segundo vector constantemente presente era o relevo dado ao campo institucional, à agenda e ao protocolo oficial, aos comunicados e notas officiosas, enfim, às actividades ministeriais e oficiais em geral, e de comando militar, nomeadamente sobre os «acontecimentos em Angola»; e, complementarmente,

<sup>7</sup> Cf. Diário de Notícias, de 8 de Outubro de 1961.

as crónicas sobre este mesmo tema, agora assinadas pelos jornalistas responsáveis pela informação e pela propaganda oficial, exteriores ao TJ, designadamente Ramiro Valadão (na altura Director dos Serviços de Informação do SNI), Barradas de Oliveira (director do Diário da Manhã), que continuava com o seu programa dominical «Os factos da actualidade nacional», e também por João Coito, com a sua frequente «Letra de Imprensa», que vem na linha das já referidas revistas de imprensa. E, mais tarde, pelos próprios responsáveis da informação, designadamente Manuel Figueira, Manuel Maria Múrias, Vasco Teves e José Mensurado.

- Um terceiro aspecto não menos importante tinha a ver com a promoção das campanhas de donativos e de «benemerência», o «vinho» e as «madrinhas» para os expedicionários da Guerra (campanhas da Cruz Vermelha Portuguesa e do Movimento Nacional Feminino) a que a RTP dá largo tempo de antena nos seus noticiários.
- Finalmente, as séries de imagens e as reportagens da guerra colonial, captadas e/ou editadas quer pelos correspondentes, quer pelos enviados especiais, quer pela redacção de Lisboa.

Mais tarde, já a partir de 1964, a guerra será sobretudo de «evocação» na RTP. A «efeméride» do «terrorismo» em Angola passará então a ser referida sempre a 15 de Março, altura da abertura da frente norte naquele território (e não a 4 de Fevereiro, quando se registou o assalto dos nacionalistas às prisões de Luanda). Era uma data solenemente aproveitada pela propaganda salazarista e pelo telejornal para consagrar os princípios inelutáveis de Salazar para o «problema ultramarino», agora claramente «arqueologizado» em matéria de imagem e de reportagem do teatro de guerra.

Um outro aspecto extremamente relevante para a caracterização do dispositivo deriva do modo de fabrico da notícia e do pseudo-acontecimento, e do seu posterior alinhamento nos telejornais. Diz respeito a uma prática que passa a ser frequente nos alinhamentos e na estrutura noticiosa diária, sobretudo após o início da guerra colonial, quando o regime e a sua informação televisiva se vêem confrontados designadamente com as resoluções aprovadas na ONU contra Salazar e a sua estratégia para África: concretamente, referimo-nos à frequência com que eram relegadas para blocos noticiosos secundários - como a edição da tarde, por exemplo - ou para lugar pouco relevante no alinhamento do TJ principal -, informações, ou mesmo inclusivamente notas officiosas que evocassem tais críticas, ou tais resoluções (veja-se TJ de 12/5/62), isto, obviamente, quando eram transmitidas. Veja-se também que a notícia da aprovação da moção do Conselho de Segurança da ONU que pedia a Portugal a concessão da autodeterminação às províncias africanas de Portugal é dada significativamente na edição da tarde do TJ de 31/7/63. O mesmo sucede, por exemplo, no TJ de 6/12/66 com a aprovação na Comissão das Curadorias de uma proposta de moção que considerava «*crime contra a humanidade a permanente imigração de brancos nas províncias ultramarinas portuguesas*», notícia também relegada para a edição da tarde desse dia.

A partir de 13/2/63 o TJ dá início à emissão de uma série de seis documentários sobre «a acção psico-social conduzida naquela Província pelas Forças Armadas e a obra de fomento económico ali em curso» (TJ 12/2/63). Tratava-se de um conjunto de trabalhos produzidos pela RTP em colaboração com o Serviço de Informação Pública das Forças Armadas e do Ministério da Defesa que iam para o ar pelas 20h50, antes do telejornal das 21h30.

Salazar volta a falar ao país em directo, após a edição da tarde do TJ de 12/8/63, discurso que voltaria a ser reproduzido na íntegra, em teleregisto, às 22 horas, e no dia seguinte, às 19h40. As repercussões ao discurso começariam a ser referidas nas últimas notícias. Era citado, por exemplo, o Washington Post, para quem Salazar havia atacado, no seu discurso, a política dos EUA em relação a África. E ficavam ainda algumas das frases mais salientes do discurso: «*Portugal não está disposto a 'lançar a toalha' em Angola ou Moçambique; Defenderemos o nosso território até ao limite*». Se em Agosto a informação televisiva esteve como que mobilizada para o discurso e a manifestação de apoio a Salazar, em Setembro e Outubro o mesmo acontecerá mas agora relativamente à viagem por barco de Américo Tomás a Angola e S. Tomé. As viagens, quase sempre realizadas por Américo Tomás, e sobretudo as que tinham por destino as terras de África, transformavam-se em grandes folhetins diários, com detalhadas reportagens-tipo ilustradas por imagens protocolares de abertura de telejornal, por vezes ao longo de mais de um mês, como aconteceria também em 1964, nos meses de Julho e Agosto, por ocasião da viagem a Moçambique.

Entretanto, a partir de 24/12/1963 as notícias da tarde e noite passam a ter o «visto» de um novo censor: tratava-se de Manuel Maria Múrias, que a partir de então, caso a caso, inclusive em muitas das notícias redigidas pelo próprio, deixará, indeléveis, as iniciais do seu nome. E assim continuará a suceder por todo o ano de 1964 e seguintes, agora na qualidade de chefe de Divisão de Programas de Informação a Actualidades.

De outra guerra se tratava agora na informação televisiva. Quatro anos depois, o 15 de Março de 1961 entraria já como «efeméride» na abertura do telejornal: «*Do Congo, já inundado em sangue, a tempestade de ódio transborda para Angola. Hor-das terroristas passam a fronteira. Palavra de ordem: exterminar os europeus, e todos os negros angolanos que não aludem à matança. E a terra cobre-se de ruínas e de cadáveres mutilados. O colono português não retirou. Fincou os pés na terra, já enso-pada no sangue dos seus irmãos. Empunhou uma arma. E combateu. Combateu pela terra que ele desbravara (...)*».

Ao discurso militante radicalizado e à convicção integracionista, designadamente na opinião do telejornal, não iriam ser permitidas quaisquer concessões. O «soldado chamado televisão» tinha agora um outro nome: Manuel Maria Múrias. A 15/3/1965, a propósito do início da guerrilha em Luanda, dizia Múrias: «*Quatro anos já passaram; todavia, nem um segundo daquelas horas terríveis nos saiu da lembrança. Recordamos tudo momento a momento (...). Portugal em Angola viveu no dia 15 de Março de 1961 os seus momentos decisivos. Venceu*». E prosseguindo: «*Que se passou*

*no mundo desde então? No princípio éramos sós, apoiando-nos na amizade jamais traída dos espanhóis. Os nossos aliados de sempre, a Grã-Bretanha e a América abandonavam-nos, atacavam-nos em Nova Iorque nos balcões da ONU ou forneciam armas aos agressores que do Congo assaltavam as nossas terras e as nossas gentes (...). Quatro anos volvidos já ninguém tem dúvidas: ganhámos com as armas na mão e ganhámos junto da opinião internacional. Ganhámos todos, mas nada teria sido possível sem Salazar, sem o seu comando intransigente, sem a sua autoridade indiscutível. Muitos foram rendidos nos seus postos; nem por isso se perderam posições. Só Salazar se tornava indispensável (...). Agora bem nos podemos gabar de ter ganho a guerra porque nos mantivemos à sua volta tão intransigentes como ele. Aqui, na retaguarda; lá longe, no mais aceso da luta (...).*

Manuel Maria Múrias destaca-se pela virulência dos seus comentários, sobretudo em relação a U Thant, secretário-geral da ONU, como aconteceu constantemente até ao final do seu primeiro mandato, em 1 Setembro de 1966. Dir-se-ia que da mesma forma que, para Salazar, Deus, a Pátria e a Autoridade não tinham discussão, assim para a informação televisiva, Salazar e a sua política não tinham discussão. Ou não representasse Salazar para Manuel Múrias (TJ 15/4/66), «*como só duas ou três vezes isso aconteceu a alguém na História de Portugal como que a encarnação do destino que nos fez Pátria e nos deu missão*». No final do ano de 1966 (TJ 31/12) Salazar era definido como «*o génio sem o qual nada se poderia ter feito*»; acrescentava Manuel Maria Múrias: «*as gerações que se sucedem sabem de cor e com as armas na mão a lição que transmitiu*».

Múrias marcará a informação televisiva até que Ramiro Valadão entre na RTP, já em 1970, pela mão do «fundador» e «supremo inspirador» da RTP, Marcello Caetano. Esta mudança não foi apenas uma mudança de pessoas, ou de liderança na redacção, mas significou também uma importante alteração no quadro do próprio discurso jornalístico televisivo e, nessa medida, no quadro da própria estratégia propagandística do regime, que encontrava agora neste novo responsável – um «duro» do regime, um profissional dado a militâncias e à defesa da causa salazar-caetanista.

O «*todo idolatrado que é a Pátria*» e os que «*maculam o nosso chão africano*» eram expressões da abertura do TJ de 10/6/1971. Sem se conseguir aproximar do estilo de Múrias, Vasco Teves radicalizava agora ainda mais o seu discurso, e a 16 de Junho dirá mesmo, à boa maneira do seu antigo chefe, na primeira pessoa do plural, que «*estamos todos, sem excepção envolvidos na tarefa única e apaixonante do engrandecimento da Pátria*»... E se houvessem «*razões para o desmentir*», acrescentava: «*sabemos bem destruí-las*». Não haveriam concessões ao «inimigo, insidioso e covarde», como Vasco Teves então dizia (TJ 10/6/71). A grande questão, para o regime, era a de sempre: ou Marcello Caetano ou «*a revolução, a guerra e caos*» (TJ 22/7/71).

Muito perto já do 25 de Abril, o ano de 1973 começava com um editorial «*ao encontro dos bravos que no Ultramar defendem a integridade da Pátria*»... E, algo paradoxalmente, ainda que numa última edição (5/1/73), através de um comunicado oficial, são lidas partes do conteúdo dos panfletos acima referidos «*alertando as consciências contra a guerra colonial*»...

Também o caso da greve da fome de cristãos que ocupavam a Capela do Rato em Lisboa era referido no comunicado do ministério do Interior, assunto que voltaria à primeira página do TJ de dia 9/1/73 – era o anúncio da demissão por Marcello Caetano dos funcionários públicos presentes na vigília da Capela do Rato. Os «agentes do medo, da cobardia e da traição» seriam os alvos dos telejornais (de 17 e 19/1/73), em dois editoriais a mais uma conversa em família de Marcello Caetano. Era ainda, e uma vez mais, a recusa de renunciar ao Império colonial e a inevitável acusação dos dissidentes, conversa que viria a originar múltiplas reacções de apoio nas colónias, com os filmes das respectivas manifestações inseridos na abertura dos alinhamentos de finais de Janeiro.

Por essa altura surge uma primeira «palestra» do secretário de Estado da Informação e Turismo, César Moreira Baptista, emitida na abertura do TJ de 25/1/73, comentário que se tornaria habitual ao longo dos meses seguintes, com uma periodicidade ora quinzenal, ora mensal. O facto de um secretário de Estado ter acesso, de forma periódica, e com comentário pessoal, às aberturas do telejornal, era com efeito prática inédita na RTP, ao longo dos períodos do salazarismo e do marcelismo, enfim, ao longo de toda a história da RTP.

Em Julho de 1973 Marcello irá a Londres e em comunicado lido na abertura do TJ de 11/7/73, a Secretaria de Estado da Informação e Turismo alertava para uma «campanha», na capital britânica, de «grupos de apoio aos movimentos terroristas», acusando a imprensa londrina de dar destaque a «pretensas atrocidades» cometidas pelo exército português em Moçambique (tratava-se do conhecido caso de Wiryamu). No mesmo TJ, José Mensurado corroborava a acusação, e falava de «orquestração» que envolvia o Times, a Câmara dos Comuns e alguns portugueses, para a «*entrega pura e simples do nosso Ultramar*». «*Portugueses desnacionalizados e sem pudor*», diria no dia seguinte, citando Moreira Baptista (ao mesmo tempo que era mostrado um *slide* – TJ de 12/7/73 – e comentava: «*Aqui está um desses portugueses, o advogado Mário Soares*»). Apesar de se tratar de uma visita oficial, o TJ acaba por dar grande destaque às posições de Mário Soares, acusando-o por mais de uma vez de estar ao lado dos inimigos de Portugal. A curta viagem de Caetano pautava-se afinal, como era esperado, por nova campanha de intoxicação da opinião pública: de um lado, os portugueses que deram o «mandato indeclinável» a Marcello Caetano, agora em grandes manifestações em Lourenço Marques e Lisboa, do outro os «cabeludos», a «internacional comunista» e os «inimigos da Pátria».

Poder-se-ia dizer, seguindo uma ideia de Fernando Rosas, que da mesma forma que o «império colonial» desempenhou um papel historicamente decisivo na perpetuação da estrutura económica e social metropolitana e no retardamento das suas mudanças até à descolonização (Rosas, 1987:17), assim a estrutura da informação televisiva viria a contribuir claramente, não só para a manutenção do *statu quo*, mas também para o adiamento, quer da liberalização do regime, quer da possível introdução de soluções flexíveis sob o ponto de vista da política administrativa das colónias ou mesmo de um outro tipo de relacionamento com os seus movimentos

políticos de emancipação e libertação. Um papel ainda decisivo porque, por esse fazer opinião passava, na «retaguarda» do regime, o controlo do campo simbólico e mediático, e nomeadamente a contenção das pulsões sociais mais exacerbadas.

A televisão portuguesa assume assim ao longo da guerra colonial, mas muito em particular na sua fase inicial, uma exposição obscena de imagens da guerra, imaginando que essa seria a melhor forma de aproximar a opinião pública do regime.

Os efeitos negativos dessa estratégia eram claramente atenuados pela reduzida penetração do meio televisivo na altura. Corrigida essa estratégia, nomeadamente a partir da direcção de Manuel Maria Múrias, a RTP voltaria a procurar cumprir o estatuto de máquina dissuasora da esfera pública e a desempenhar o papel de agente de legitimação de uma política em declínio, que, aliás, nenhum aparelho ideológico ou mediático seria já capaz de inverter.

### Referências bibliográficas

- Carvalho, A. A. (1973) *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa: Seara Nova.
- Cruz, M. B. (1988) *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa: Presença.
- Cádima, F. R. (1996) *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa: Presença.
- Caetano, M. (1977) *Depoimento*, Rio de Janeiro: Record.
- Chartier, R. (1988) *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, Lisboa: Difel.
- Foucault, M. (1969) *L'archéologie du savoir*, Paris: Gallimard.
- Pinto, J. N. (1977) *Portugal – Os Anos do Fim*, Lisboa: Sociedade de Publicações Economia & Finanças.
- Rosas, F. (1989) «Salazar e o salazarismo: um caso de longevidade política», *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa: D. Quixote.